

DIREITO INTERNACIONAL EM EXPANSÃO

VOLUME VI

WAGNER MENEZES
(ORGANIZADOR)

DIREITO INTERNACIONAL EM EXPANSÃO

VOLUME VI

ANAIS DO 14º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL



Belo Horizonte
2016

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jean Carlos Fernandes
André Cordeiro Leal	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jorge M. Lasmar
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Bernardo G. B. Nogueira	José Luiz Quadros de Magalhães
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Kiwonghi Bizawu
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Henrique Soares	Luciano Stoller de Faria
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2016.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.026 Congresso Brasileiro de Direito Internacional (14:2016)
D598
2016 Anais do XIV Congresso Brasileiro de Direito Internacional,
v. 6 31 ago. a 03 set., Gramado, RS, UFRGS/USP. In: Direito internacional em expansão:
volume 6 / [organizado por] Wagner Menezes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.
p.691

ISBN: 978-85-8238-243-1

1. Direito internacional. 2. Contratos internacionais. 3. Contratos comerciais. 4. Direitos humanos internacionais. 5. Direito internacional dos direitos humanos. I. Menezes, Wagner (Org.). II. Título: Direito internacional em expansão: volume 6.

CDD – 341.026
CDU – 341.1

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-nº700

MATRIZ
Rua do Ouro, 136, Sala 406 - Bairro Serra
Belo Horizonte/MG - CEP 30220-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2016

ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL - ABDI

DIRETORIA:

Wagner Menezes (presidente)
Claudio Finkelstein (vice-presidente)
Jorge Fontoura (secretário)
Sidney Guerra (tesoureiro)
Raphael Carvalho de Vasconcelos (vogal)
Florisbal Del Olmo (vogal)
Ernesto Gomes Esteves Neto (diretor executivo)
Thaís de Oliveira (diretora financeira)

ANAIS DO 14 CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL

EQUIPE DE EDITORAÇÃO:

Ana Sofia Garcia Salas
Celso de Oliveira Santos
Yasmin Tavares Kahwage

COMITÊ CIENTÍFICO

CONSELHO DE AVALIAÇÃO EDITORIAL FORMADO POR PROFESSORES DOUTORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Angel Horna	Luciane Klein Vieira
Adriana Pucci	Luis Alexandre Carta Winter
Ana Cristina Paulo Pereira	Luís Renato Vedovato
André de Carvalho Ramos	Maitê Moro
Andrea Costa Vieira	Manoela Roland
Arthur Capella	Mara Darcanchy
Arturo Oropeza Garcia	Maria Carmelina Londoño
Augusto Jaeger Junior	Marcelo Escobar
Aziz Saliba	Márcio Anselmo
Caio Gracco	Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski
Camilla Capucio	Marilda Rosado
Carolina de Abreu B. Claro	Nadia de Araujo
Clarissa Brandão Kowarski	Napoleão Casado Filho
Claudia Lima Marques	Paulo Borba Casella
Claudio Finkelstein	Paulo Edvandro da Costa Pinto
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo	Paulo Emilio Vauthier Borges de Macedo
Daniela Bucci	Pedro Dallari
Eduardo Biacchi Gomes	Priscila Caneparo
Elizabeth Accioly	Ralph Wilde
Everton Gonçalves	Raphael Vasconcelos
Fabio Aristimunho Vargas	Renata Alvares Gaspar
Fabricio B. Pasquot Polido	Roberto Luiz Silva
Fabricao Vergueiro	Rui Badaró
Fernando Sgarbossa	Samantha Mayer
Fernando Xavier	Sidney Guerra
George Galindo	Tarin MontAlverne
Ivette Esis	Thiago Paluma
Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro	Tiago Zanella
Joana Stelzer	Umberto Celli Jr.
Jorge Lasmar	Valesca Raizer Borges Moschen
Jorge Marcelino	Vera Lúcia Viegas Liquidato
Juliana Fais	Viviane Séllos
Leonardo Nemer Caldeira Brant	Wagner Menezes

AGRADECIMENTOS

Agradecemos àqueles que tornaram possível a presente obra e sem os quais não se daria continuidade a publicação dos trabalhos de pesquisa no país, especialmente à *ARRAES EDITORES* pela coragem em editar e publicar a obra e à *CAPES* pelo fomento à realização material do evento.

Agradecemos aos membros do *Conselho Científico* e de avaliação e à toda equipe de coordenação, produção e editoração da obra nas pessoas de *Ana Sofia Garcia Salas, Ernesto Gomes Esteves Neto, Celso de Oliveira Santos, Yasmin Tavares Kabwage, Thaís de Oliveira*, a todos os *pesquisadores* que enviaram seus textos e participam da presente obra. Muito obrigado!



Dedicamos a presente obra à professora *Claudia Lima Marques* e a todos os atentos leitores e pesquisadores que dão sentido ao estudo do Direito Internacional.

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado na Universidade de Tübingen (1987), doutorado (Doctoris Iuris Utriusque, 1996) e pós-doutorado na Universidade de Heidelberg (2003). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Permanente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, Relatora-Geral da Comissão de Juristas do Senado Federal para a Atualização do Código de Defesa do Consumidor, Presidente do Comitê de Proteção Internacional do Consumidor da International Law Association, Londres, Diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DBJV, Berlin) e da ILA-Branch Brazil. Ex-Presidente da ASADIP - Associação Americana de Direito Internacional Privado, Asunción e do Brasilcon ? Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Brasília. É Coordenadora da Revista de Direito do Consumidor ? Brasilcon/RT e líder do Grupo de Pesquisa CNPq ?Mercosul e Direito do Consumidor?. Coordenadora brasileira da Rede Alemanha-Brasil de Pesquisas em Direito do Consumidor (DAAD-CAPES). Professora na Academia de Direito Internacional de Haia em 2009, é Árbitro do Mercosul e jurista-colaboradora da SENACON-MJ na OEA e Conferência de Haia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase Direito do Consumidor, MERCOSUL, Direito Privado, proteção dos vulneráveis e Direito Internacional Público e Privado além de ser bolsista produtividade IA do CNPq.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XV
--------------------	----

CONTRATOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO 1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO CONTRATUAL EUROPEU: CISG E AS INICIATIVAS REGIONAIS DA UNIÃO EUROPEIA <i>Fernanda Sirotsky Scaletsky e Lucas Gerhardt Gavronski</i>	1
--	---

CAPÍTULO 2 A UTILIZAÇÃO DE CLÁUSULA <i>HARDSHIP</i> NOS CONTRATOS NACIONAIS À LUZ DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS <i>Demétrio Beck da Silva Giannakos e Gabriela Wallau Rodrigues</i>	19
---	----

CAPÍTULO 3 DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO <i>Eduardo Saldanha e Vitor Ottoboni Pavan</i>	33
---	----

CAPÍTULO 4 OS PRINCÍPIOS DA HAIA SOBRE A ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL AOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS E A AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA APLICAÇÃO DE <i>SOFT LAW</i> PELO DIREITO BRASILEIRO <i>Felipe Sartório de Melo e Valesca Raizer Borges Moschen</i>	53
--	----

CULTURA E DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 5 A NORMATIVA BRASILEIRA DE CONTROLE AO TRÁFICO ILÍCITO DOS BENS CULTURAIS À LUZ DAS NORMATIVAS INTERNACIONAIS <i>Anauene Dias Soares</i>	65
---	----

CAPÍTULO 6 A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DURANTE CONFLITOS ARMADOS: UMA ANÁLISE DO REGIME DE PROTEÇÃO REFORÇADA <i>Marcelio Toscano Franca Filho e Tiago Medeiros Delgado</i>	78
CAPÍTULO 7 MEDIDAS ADOTADAS PELO BRASIL PARA COMBATER O TRÁFICO ILÍCITO DE BENS CULTURAIS Thaís de Oliveira.....	92
CAPÍTULO 8 PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO COMO DIREITO HUMANO: A NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO PELO BRASIL DA CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO DA UNESCO DE 2001 <i>Anaúene Dias Soares e Cecília Nunes Rabelo</i>	102
DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	
CAPÍTULO 9 A AMPLIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA QUASE-NACIONAL COMO PROPOSTA À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CULTURA ABRANGENTE DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL <i>Samuel Aguiar da Cunha</i>	113
CAPÍTULO 10 A ATUAÇÃO DO BRASIL NO REGIME DE GOVERNANÇA GLOBAL EM MATÉRIA DE TRÁFICO DE PESSOAS <i>Elizabeth Goraieb e Rodrigo Cerveira Cittadino</i>	125
CAPÍTULO 11 A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR PARA O JULGAMENTO DE CIVIS: OPORTUNIDADE DE DIÁLOGO ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS <i>Eleonora Mesquita Ceia e Erick Sobral Diniz</i>	144
CAPÍTULO 12 A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DE ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E SEUS REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO <i>Alexsandro Rabbani Aragão Feijó</i>	156

CAPÍTULO 13	
A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM NOVO PARADIGMA NA PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	
<i>Luciano Meneguetti Pereira e Isabelle Zamai Galdeano</i>	170
CAPÍTULO 14	
A CRIMINALIZAÇÃO DO DESACATO E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	
<i>Eduardo Biacchi Gomes e Ane Elise Brandalise Gonçalves</i>	190
CAPÍTULO 15	
A INFLUÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL NO PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANTO À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	
<i>Luciano Meneguetti Pereira e Lucas Fernandes Moreira</i>	200
CAPÍTULO 16	
A INTERPRETAÇÃO INTERNACIONALISTA DE DIREITOS HUMANOS DA CONVENÇÃO DA HAIA SOBRE ASPECTOS CIVIS E SEQUESTRO DE CRIANÇAS: UM ESTUDO IMPORTANTE PARA O BRASIL	
<i>Rafael Santos Morais</i>	216
CAPÍTULO 17	
A RECEPÇÃO DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO (1969-2002)	
<i>Diego Nunes e Gabriella Coelho Santos</i>	231
CAPÍTULO 18	
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR ATO DE CORRUPÇÃO QUE AGRIDE DIREITOS HUMANOS: PONDERAÇÕES NA PERSPECTIVA DE CASOS BRASILEIROS	
Yulgan Tenno de Farias Lira	252
CAPÍTULO 19	
A TEORIA DA INTERCONSTITUCIONALIDADE E SUA APLICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	
<i>Malu Romancini</i>	265
CAPÍTULO 20	
A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>Ana Luísa Moreli Pangoni e Malu Romancini</i>	281

CAPÍTULO 21	
ACESSO À INFORMAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: O PAPEL DO DIREITO INTERNACIONAL	
<i>Isabela de Paula Cruz e Philippe Carvalho Raposo</i>	294
CAPÍTULO 22	
ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO JUIZ “A QUO” NO BRASIL	
<i>Sérgio Gustavo Mattos Pauseiro e Camilo Fabiano Dias Neto</i>	311
CAPÍTULO 23	
APLICAÇÕES DAS CONVENÇÕES DE HAIA SOBRE PROTEÇÃO DE MENORES NO DIREITO BRASILEIRO	
<i>Nevitton Vieira Souza e Larissa Batista Corrêa</i>	325
CAPÍTULO 24	
APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARADO	
<i>Clarissa Brandão Kowarski e Roberta De Stéfani Vianna</i>	334
CAPÍTULO 25	
AS MUTILAÇÕES AO FEMININO OCORRIDAS NA ÁFRICA, O RELATIVISMO CULTURAL INTERNACIONAL E A DISCRIMINAÇÃO POSITIVA EM PROL DA IGUALDADE DE GÊNERO NO DIREITO BRASILEIRO	
<i>Juliana Demori de Andrade e Lara Terazzi Basso</i>	345
CAPÍTULO 26	
BANDEIRAS DE CONVENIÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: O CASO <i>ADAMASTOS SHIPPING & TRADING S.A.</i>	
<i>Fábio Amaro da Silveira Duval e Carolina Corrêa Soares</i>	364
CAPÍTULO 27	
CERTAS LEIS INCONVENIENTES: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE LEIS DE ANISTIA E O QUE ELA SIGNIFICA PARA A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNO E O DIREITO INTERNACIONAL	
<i>Rafael Soares Leite</i>	383
CAPÍTULO 28	
DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE TRANSEXUAIS DIANTE DO ESTIGMA PATRIARCALISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Marcia Teshima e Victor Valerio</i>	400

CAPÍTULO 29 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUIDADE INTERGERACIONAL: LEGADO ÀS FUTURAS GERAÇÕES <i>Láís Gomes Bergstein e Lúcia Souza D'Aquino</i>	417
CAPÍTULO 30 DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA: A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL <i>Jessica Amanda Fachin e Rafael Gomiero Pitta</i>	431
CAPÍTULO 31 DO ACESSO À JUSTIÇA COMO UM DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS <i>Nida Saleh Hatoum</i>	441
CAPÍTULO 32 GARANTIA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE DEFESA NO DIREITO INTERNACIONAL <i>Eduardo Bruno Milhomens, Nadia de Castro Alves e Leonardo Monteiro Rodrigues</i>	450
CAPÍTULO 33 INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO NA COLÔMBIA COMO MODELO A SER APLICADO NO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL <i>Luís Renato Vedovato e Luana Aparecida Zuppi Garcia</i>	467
CAPÍTULO 34 O CHOQUE DE JURISDIÇÕES E O DIÁLOGO DAS TOGAS: UMA PROPOSTA DIALÓGICA PARA O CONFLITO INTERPRETATIVO ENTRE O STF E A CORTE INTERAMERICANA EM MATÉRIA DE DIREITO À PROPRIEDADE COLETIVA PARA OS POVOS INDÍGENAS <i>Bruno Pegorari</i>	480
CAPÍTULO 35 O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A TUTELA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA NA CONCESSÃO DESMEDIDA DE TUTELAS PROVISÓRIAS EM DESAVOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA <i>Luciano Meneguetti Pereira e Larissa da Silva Ogeda</i>	501
CAPÍTULO 36 PARA ALÉM DE UM DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS MODERNO: ELEMENTOS PARA UMA RADICALIZAÇÃO CRÍTICA DE UMA NARRATIVA JURÍDICA REIFICADA <i>Arthur Roberto Capella Giannattasio</i>	520

CAPÍTULO 37 O PROCEDIMENTO DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS ESTRANGEIROS NO BRASIL COMO ÓBICE AO EXERCÍCIO DO DIREITO HUMANO AO TRABALHO E DA CIRCULAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DIANTE DAS PREMISSAS ATUAIS DO MERCOSUL <i>Bruno Valverde Chahaira e Allan M.Lima Filho</i>	539
---	-----

CAPÍTULO 38 QUANDO AS VÍTIMAS SÃO MULHERES: O CRIME DE ÓDIO CONTRA AS MULHERES E AS RECENTES DISCUSSÕES NO BRASIL E AMÉRICA LATINA <i>Glécia Morgana da Silva Marinho e Jeferson Valdir da Silva</i>	557
--	-----

CAPÍTULO 39 TEM FUTURO A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL? <i>Antônio Ítalo Hardman Vasconcelos Almeida e Yulgan Tenno de Farias Lira</i>	568
--	-----

CAPÍTULO 40 TRATADO DE MARRAQUECHE: RECONHECIMENTO DA FALTA DE ACESSO À CULTURA E À EDUCAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA <i>Helder Corrêa Marcellino e Luiza Nogueira Barbosa</i>	585
---	-----

INTEGRAÇÃO REGIONAL

CAPÍTULO 41 A APLICABILIDADE DO ACORDO MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MERCOSUL NO ÂMBITO BRASILEIRO <i>Anna Carla Marques Fracalossi</i>	601
---	-----

CAPÍTULO 42 AS OPINIÕES CONSULTIVAS NO TPR E A REGULAMENTAÇÃO PELO STF: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO DO INDIVÍDUO <i>Patricia Ayub da Costa Ligmanovski e Tânia Lobo Muniz</i>	618
---	-----

CAPÍTULO 43 CAPITALISMO HUMANISTA NO MERCOSUL: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AVANÇOS NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SÉCULO XXI <i>Anderson Nogueira Oliveira e Leonardo Raphael Carvalho de Matos</i>	631
---	-----

CAPÍTULO 44 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO <i>Patricia Ayub da Costa Ligmanovski e Lourival José de Oliveira</i>	649
---	-----

CAPÍTULO 45
NORMAS JURÍDICAS PROMOCIONAIS DO BRASIL, PARAGUAI,
ARGENTINA E URUGUAI EM PRÓL DA INCLUSÃO ECONÔMICA
DAS PEQUENAS EMPRESAS

Marlene Kempfer e Philippe Antônio Azedo Monteiro 664

APRESENTAÇÃO

É com júbilo que apresento os novos volumes da obra “**Direito Internacional em Expansão**”, que consagra a tradição da produção de pesquisa científica em matéria de Direito Internacional, a partir das contribuições da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI), materializando os **Anais do Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, hoje, em sua 14^a edição.

Realizado ininterruptamente desde 2003, o Congresso fomenta a reunião de internacionalistas ligados às principais instituições de ensino superior do país, de nomes consagrados, de pesquisadores dedicados e jovens estudantes que buscam se inserir no ensino e na pesquisa sobre o tema. O Congresso Brasileiro de Direito Internacional é, hoje, um dos principais eventos jurídicos do país e sua relevância científica e acadêmica, com o aprofundamento do estudo e da formação de pesquisadores, são indiscutíveis.

Seguindo um compromisso de seriedade com a produção científica, houve, nesta edição do encontro, a adoção de um conjunto de medidas voltadas à adequação do evento aos mais rígidos requisitos internacionais de publicação de textos científicos, não somente em virtude da adoção de regras prescritas pela CAPES e pelo CNPq, mas também pela incorporação de modelos já consagrados em publicações reverenciadas de instituições estrangeiras. Nesse aspecto, o Congresso é concebido, cientificamente, com uma visão de vanguarda, com o intuito de ser o mais organizado e criterioso evento jurídico nacional, tendo alcançado dimensão internacional.

O sistema eletrônico utilizado (OJS) compreende o que se chama de *double blind peer review*, com dupla avaliação cega por pares de avaliadores, sendo o conselho científico avaliador formado, em sua totalidade, por um corpo de professores doutores nacionais e estrangeiros. A partir da definição do tema central, realizada por deliberação de um Conselho Científico Curador, constituído por professores doutores de instituições de excelência, os pesquisadores foram incentivados a produzir, inicialmente, um *draft* (proposta de artigo), que foi objeto de uma primeira avaliação, na qual se buscou verificar o atendimento a critérios como: articulação de ideias, coerência, bibliografia proposta e reflexão sobre o tema.

A partir da aprovação desses *drafts*, os autores receberam autorização para a confecção de um artigo que, novamente, passou pela avaliação final de dois professores doutores. Os artigos que compõem a presente obra passaram, pois, por todas essas criteriosas fases de avaliação.

Por esse motivo, tal iniciativa é composta por textos de qualidade, que foram submetidos à rigorosa seleção e podem ser considerados de leitura obrigatória para os pesquisadores de Direito Internacional, bem como traduzem o conteúdo e a forma de pensar dos internacionalistas brasileiros, sendo, portanto, uma obra que simboliza verdadeiramente uma “escola”, a escola brasileira de Direito Internacional.

Na presente edição, poderão ser encontrados textos que tratam sobre temas variados, relacionados ao Direito Internacional contemporâneo, especificamente voltados à análise da aplicação e interpretação pelo direito brasileiro das normas internacionais, valendo destacar entre outros igualmente instigantes: A utilização de cláusula *hardship* nos contratos nacionais à luz dos contratos internacionais; Os princípios da *haia* sobre a escolha da lei aplicável aos contratos comerciais internacionais e a autonomia da vontade das partes: perspectivas e desafios da aplicação de *soft law* pelo direito brasileiro; A normativa brasileira de controle ao tráfico ilícito dos bens culturais à luz das normativas internacionais; Patrimônio cultural subaquático como direito humano: a necessidade de ratificação pelo Brasil da convenção sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático da UNESCO de 2001; A ampliação e efetivação da cidadania quase-nacional como proposta à implementação de uma cultura abrangente de direitos humanos no Brasil; A atuação do Brasil no regime de governança global em matéria de tráfico de pessoas; A responsabilidade internacional do estado por ato de corrupção que agride direitos humanos: ponderações na perspectiva de casos brasileiros; Desafios para a efetivação dos direitos de transexuais diante do estigma patriarcalista da sociedade brasileira; O choque de jurisdições e o diálogo das togas: Uma proposta dialógica para o conflito interpretativo entre o STF e a corte interamericana em matéria de direito à propriedade coletiva para os povos indígenas; O procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros no Brasil como óbice ao exercício do direito humano ao trabalho e da circulação de mão de obra especializada diante das premissas atuais do MERCOSUL; A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias e sua aplicação no Brasil após a ratificação; A implementação das regras multilaterais de comércio da OMC relativos à agricultura e a política agrícola brasileira: Uma análise dos subsídios de apoio doméstico; Eficácia direta dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) no sistema tributário nacional; A adesão do Brasil à Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros; A aplicação do direito internacional no combate à corrupção no Brasil: A cooperação jurídica internacional e a atuação do ministério público federal na “operação lava jato”; A diplomacia judicial entre a corte interamericana de direitos humanos e os tribunais domésticos brasileiros; A cidadania no direito internacional na era das migrações; A jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos sobre refúgio e sua repercussão sobre o sistema de proteção aos refugiados no Brasil; Reflexões acerca da importância da arbitragem internacional na indústria do petróleo brasileira; A cooperação jurídica internacional no advento do novo Código de Processo; A divisão dos espaços marítimos à luz da Convenção de Montego Bay e a soberania estatal brasileira para a exploração do petróleo na área do Pré-sal; As controvérsias relativas à incidência e eficácia da lei penal no espaço marítimo brasileiro: Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental; Contratos de utilização de navios: Análise conceitual e perspectiva comparada entre o direito inglês e o direito brasileiro; o mercado de crédito de carbono: estudo de caso do transporte rodoviário, aéreo e marítimo;

A riqueza do conteúdo dessa edição reside na plêiade dos temas abordados com orientação sistêmica e caráter reflexivo dos artigos que compõem os capítulos da obra.

A presente obra é dedicada à produção e à vida acadêmica da Professora **Claudia Lima Marques**, Professora Titular de Direito Internacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), formadora de uma geração de internacionalistas brasileiros.

Em se tratando de professora dedicada, pesquisadora criteriosa, séria e comprometida, homenagear a Professora Claudia é reverenciar uma carreira que deve servir de modelo para todas as gerações de pesquisadores, para que se inspirem em uma carreira honesta, sóbria

e de valoroso trabalho e contribuição para o universo científico, voltado para o estudo do Direito Internacional Privado, com enfoque, sobretudo, no Direito do Consumidor e no diálogo normativo entre o privado e o público, a partir de um diálogo das fontes.

Em um tempo e em um ambiente de crescente interação normativa entre o Direito Nacional - e suas ramificações -, e o Direito Internacional, com o fortalecimento dos mecanismos de cooperação jurídica internacional e de diálogo normativo em que a norma dinamicamente vai se configurando como um instrumento de natureza transnormativa, o estudo do Direito Internacional, em suas múltiplas abordagens, faz-se fundamental para a formação de juristas, para a compreensão do Direito como um sistema, e para a compreensão das estruturas normativas do Estado.

A expectativa que se tem é que a presente obra seja um instrumento de pesquisa e contribua para o amadurecimento dos estudos sobre o Direito Internacional no país de forma reflexiva, salientando os avanços no estudo sobre o tema na contemporaneidade.

Professor Doutor Wagner Menezes

Organizador

Brasil, inverno de 2016.

